

FORTE, ATIVISMO DIGITAL INCOMODA MÍDIA, MAS SOFRE AMEAÇAS E RISCOS

Bia Barbosa
Jornalista

Daniel Garcia



Professor Sérgio Amadeu (UFABC), Raphael Tsavkko e Rodrigo Vianna debatem ativismo político e redes sociais

A Internet e suas ferramentas têm se transformado cada vez mais em um ambiente de mobilização e organização de lutas políticas e sociais. Seu impacto no presente e nas perspectivas para a militância de esquerda foi analisado no Simpósio Internacional da FFLCH, na mesa “Redes Sociais, Ação Digital e Ativismo Político”, da qual participaram o professor Sérgio Amadeu (UFABC), o jornalista Rodrigo Vianna e o blogueiro Raphael Tsavkko. Porém, apesar do enorme avanço trazido pelas novas tecnologias, os riscos de controle e controvérsias no uso e apropriação das redes sociais também são grandes

A chegada da Internet e das redes sociais alterou e reorganizou práticas de comunicação e todo o “ecossistema comunicacional”. A afirmação, feita no debate pelo sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC, militante do *software* livre e autor de várias publicações sobre o tema, é baseada no fato de que, no mundo pré-Internet, dos canais de comunicação de massa, era necessário um canal para falar para milhares ou milhões de pessoas. Agora, numa rede distribuída, o difícil não é construir um discurso, mas fazer com que as pessoas estejam aptas e queiram ouvi-lo. “Não é uma inversão boba. Antes você tinha que lutar para democratizar o canal. Agora o problema é ser ouvido. É uma inversão brutal que mexe muito com a nossa herança de luta pela democratização da comunica-

ção. A economia da atenção é que passa a ser fundamental”, avalia.

Nesta inversão de lógica, a comunicação em rede abriu espaço para atores pequenos e importantes ocuparem o espaço da Internet. E redes de opinião vêm se consolidando como redes de ativismo. O movimento neozapatista, por exemplo, foi um dos primeiros a usar a Internet, nos anos 1990, para propagandear sua luta, antes mesmo que grandes bancos e corporações “descobrissem” a rede mundial de computadores. Uma tática que seria impensável pela rede tradicional. Pouco a pouco, movimentos tradicionais como os de resistência indígena e luta pela terra se somaram aos *hackers* americanos — que surgem nos anos 1960 com o objetivo de democratizar o poder da informação — para usar as novas tecnologias em benefício de reivin-

dicações antigas.

“No final dos anos 1990, os *hackers* começam a se politizar por conta da luta que enfrentavam para poder compartilhar conhecimento. Boa parte deles compõe o movimento de *software* livre e, com o enrijecimento das leis de propriedade intelectual em todo o mundo, passa a ter que enfrentar o Estado para poder exercer seu *hobby*, que era superar desafios e compartilhar soluções. E aí passaram a lutar contra as tentativas de reduzir a liberdade de expressão e criação na rede”, conta Sérgio Amadeu. “A repressão contra os *hackers* os aproximou ainda mais do ativismo. E a lógica dos movimentos, aqui na América Latina inclusive, não é mais “*proletários de todo o mundo, uni-vos!*”. É “*hackers, dispersem-se, atuem com autonomia, pelo mundo!*”. É a individualidade colaborativa”, explica.

A tese de que, na campanha eleitoral de 2010, José Serra foi atingido na cabeça por um “objeto desconhecido” foi desmontada de forma colaborativa na Internet, relembra Rodrigo Vianna. Graças a imagens captadas pelo SBT, demonstrou-se que Serra foi vítima de uma bolinha de papel

Grupos como o Anonymous, uma das maiores expressões globais do novo ativismo digital, são baseados em um modelo de ação que nasce nos Estados Unidos entre ativistas, artistas e *hackers*. Defendendo valores gerais de liberdade e justiça, os Anonymous tornaram-se internacionalmente conhecidos (como grupo) após realizarem a Operação Payback, em protesto contra a retirada do ar do site do Wikileaks pelo governo dos Estados Unidos e contra o corte do financiamento da página por meio de cartões de crédito (pois a administração Obama pressionou as operadoras a deixar de recolher contribuições para a entidade de Jules Assange). “Usando técnicas de hackeamento e hipertrofia, eles sobrecarregaram o servidor dos cartões de crédito até ele cair, gerando milhões em prejuízo em todo o mundo. Isso é

hipertrofiar, inverter a lógica. Não é crime, é protesto digital”, sustenta Sérgio Amadeu.

A ocupação das redes sociais tem não apenas ampliado o ativismo digital como também questionado e aberto uma cunha no modo tradicional de se fazer jornalismo. No Brasil, coletivos como o dos chamados Blogueiros Progressistas, apesar de não produzirem impacto na mesma escala que a mídia hegemônica, têm sido capazes de gerar um contraponto à grande imprensa do país (consideradas as versões física e digital das publicações desta), que é reproduzido e compartilhado com intensidade nas redes sociais por um enorme contingente de leitores.

“É uma rede pluripartidária, anárquica, que muitas vezes se choca, que não tem comando central, mas que tem tido algum efeito”, acredita o jornalista Rodrigo Vianna, que é repórter da TV Record e mantém o blogue independente *Escrevinhador*. “Com a Internet, você explode a maneira de fazer jornalismo até então. Não tem mais emissores e receptores. Agora embaralhou. Quem produz e quem recebe? Quando há fogo numa favela e o líder comunitário coloca o vídeo na Internet e questiona a causa do incêndio, isso muda o jornalismo”, argumenta. Ele cita outro exemplo: o do episódio da “bolinha de papel”, em 2010, quando o então candidato à Presidência da República, José Serra, foi atingido por um “objeto desconhecido” durante uma caminhada na campanha eleitoral. “Serra fez uma encenação, o *Jornal Nacional* comprou a tese, chama-

ram um perito. Parecia que tínhamos de ir atrás do Lee Oswald. Mas esta tese foi desmontada na Internet de forma colaborativa, através do vídeo de um cinegrafista do SBT, que mostrou que o objeto que havia atingido Serra não era o que a [TV] Globo tinha mostrado”. Assim, graças às imagens do SBT, “as pessoas na Internet mostraram que o que tinha atingido Serra era uma bolinha de papel”, e a repercussão “foi se espalhando, ganhou dimensão nas redes sociais e teve um papel importante naquele momento da campanha”, conta Vianna.

“Há 25 anos, um episódio como este demoraria três anos para ser desconstruído, como aconteceu com a edição do debate eleitoral de 1989 entre Lula e Collor feita pela Globo. Você não tinha como reagir. Agora, é a guerra de guerrilhas, porque a pauta ainda é ditada pela velha mídia. Mas fazemos um contraponto”, reitera.

Se, de um lado, as possibilidades trazidas pelas redes sociais ao ativismo de esquerda são crescentes, de outro, as tentativas de controle sobre ele também são ameaças reais ao acesso à informação e à liberdade de expressão. Como a Internet é uma rede cibernética, na qual a conectividade e a interatividade só são possíveis se houver protocolos de controle, torna-se difícil impedir o filtro, identificação e localização das máquinas que abrigam páginas virtuais ou que emitem mensagens que sejam, umas e outras, alvo de repressão por governos ou instituições. O controle, claro, é menor do que no cenário da comunicação de massa. Mas existe e é permanente.



“Estamos entrando em uma sociedade de controle que não funciona por confinamento territorial, mas sim pelo controle da informação”, adverte Amadeu. “A Internet é a expressão saborosa da liberdade, mas você a utiliza entregando completamente seus dados, suas ideias, sua posição georreferenciada”

“Estamos entrando em uma sociedade de controle que não funciona por confinamento territorial,

mas sim pelo controle permanente da informação. Com a Internet, você tem uma rede que é a expressão saborosa da liberdade, mas você a utiliza entregando completamente seu dados, suas ideias, sua posição georreferenciada. Hoje você leva seu celular para qualquer lugar e é livre, mas com ele você é controlado de forma modular. Sem dar um único tiro, a Google, uma empresa privada, tem mais informação sobre qualquer pessoa no planeta do que a CIA e a KGB”, adverte Sérgio Amadeu.

Atendendo a interesses privados, também têm crescido em todo o mundo as ameaças de controle ostensivo da Internet por meio de legislações propostas pelo poder público de diferentes países e continentes. Nos Estados Unidos, propostas como o Protect Intellectual Property Act (PIPA) e o Stop Online Piracy Act (SOPA) nasceram com o objetivo de sufocar finan-

ceiramente qualquer site, blogue ou usuário acusado de violar a propriedade intelectual de empresas americanas. As leis, propostas em 2011, sofreram fortes protestos de ativistas digitais em todo o mundo e, por ora, o Congresso dos Estados Unidos suspendeu sua votação.

No Brasil, uma batalha equivalente é travada na Câmara dos Deputados pela aprovação do Marco Civil da Internet. A lei, elaborada a partir de um amplo debate público, visa garantir direitos como a privacidade dos usuários na rede e, ao contrário das propostas americanas, não criminaliza determinadas condutas virtuais. Um dos focos da disputa do Marco Civil da Internet, que já provocou inúmeros adiamentos da votação do texto da lei pelos parlamentares, é a garantia da neutralidade de rede. O princípio da neutralidade veda aos operadores de telecomunicações determinar o que pode ou não passar por suas re-

des. Ao contrário, eles devem tratar de forma neutra e isonômica todos os dados que ali transitarem, sem qualquer distinção ou interferência discriminatória (negativa ou positiva) no conteúdo ou na velocidade de sua transmissão.

Mas é nas plataformas de relacionamento que o controle da informação tem se dado de maneira mais frequente e quase sem questionamentos por parte dos usuários. Uma prática que, com o tempo, pode tornar cada vez mais impeditivo o uso das redes sociais por ativistas digitais. “O poder de criar ou manipular redes hoje é o principal poder. São Paulo tem hoje 6 milhões de usuários do Facebook. O Brasil é o terceiro país do mundo em número de acessos a essa rede, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. E a rede de maior acesso da internet é uma rede cujo conteúdo não é feito por quem a organiza, mas por quem dela participa. Mas quem a criou tem hoje o poder gigantesco de ter a plataforma de comunicação que organiza nossa sociabilidade. Algo que penetra na nossa vida e passa a fazer parte dela; algo muito forte, um fenômeno social muito claro”, avalia Sergio Amadeu. “O cara que controla essa plataforma, que estamos usando acriticamente, a qualquer momento pode te filtrar, controlar, passar suas informações para qualquer grupo, corporação ou agrupamento político. Poder é isso: uma dominação estratégica sobre nós mesmos, que se estrutura sobre práticas comunicativas”.

Outro desafio para a esquerda em tempos de ativismo digital é con-

seguir associar as mobilizações virtuais a ações de rua. Em 2009, após indícios de fraudes nas eleições no Irã e a repressão de Ahmadinejad aos primeiros protestos, a população, fazendo uso da Internet para compartilhar informações e se organizar, foi aos milhões às ruas de Teerã. Entre 2010 e 2011, com forte utilização das redes sociais, inclusive em países onde o acesso à internet é bastante limitado, rebeliões populares mostraram ao mundo o que acontecia em ditaduras árabes, chegando a derrubar governos. Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento Occupy e os Indignados tiveram início com protestos *online*. Depois tomaram as ruas de algumas das principais capitais do Ocidente.

“O movimento online carece de politização. Você pode ‘curtir’, mas quando não se tem uma visão crítica daquilo, acaba se criando uma ‘fulanização’ do movimento online. Qualquer cara pode criar um movimento e as pessoas acham que estão mudando o mundo. Sem sair às ruas, o ativismo online não vai mudar o mundo”, diz Tsavkko



Sérgio Amadeu (UFABC)

Na América Latina, no entanto, a situação é diversa. Apesar da crescente mobilização virtual, os “protestos digitais” ainda não conseguiram ganhar as ruas na mesma dimensão. Raphael Tsavkko, blogueiro, autor e tradutor do *Global Voices*, acredita que ainda há um descolamento entre o *online* e o *offline* no continente. No Brasil, principalmente nas capitais, as lutas nas redes levaram à realização de protestos como o bem-humorado “Churrasco da Gente Diferenciada”, em repúdio à reação da elite paulistana contra a abertura de uma estação de metrô no requintado bairro de Higienópolis; às manifestações contra as operações na Cracolândia, também em São Paulo; e mobilizações como a Marcha das Vadias e contra a construção da Usina de Belo Monte. “Mas a repercussão nas redes foi maior do que nas ruas, e com a maioria de pessoas que já faziam parte de movimentos organizados. São poucos os exemplos de mobili-

Daniel Garcia

**Rodrigo Vianna**

zações que conseguiram transbordar a barreira dos catequizados”, analisa Tsavkko. “Enquanto isso, no Chile, os protestos dos estudantes se organizaram pouco pela Internet, e mais pelos grêmios. Então ainda há este descolamento. É o que os EUA chamam de ativismo de sofá”, critica.

Inúmeros fatores contribuem para esta brecha entre as redes e as ruas, na opinião do blogueiro. Um deles é a apatia política do brasileiro, incentivada pela mídia, que diz que “político é tudo igual”. “O movimento *online* carece de politização. Você pode ‘curtir’, mas quando não se tem uma visão crítica daquilo, acaba se criando uma ‘fulanização’ do movimento *online*. Qualquer cara pode criar um movimento e as pessoas acham que estão mudando o mundo. Apenas o ativismo *online*, sem sair às ruas, não vai mudar o mundo”, avisa.

“Militância não é propriedade da esquerda e de setores progres-

sistas. A história já nos ensinou. A esquerda tomava as ruas e a direita aprendeu e fez o fascismo. As redes fizeram a bolinha de papel, mas também foram usadas para o ativismo religioso. As redes estão aí para serem usadas, como as ruas”, acredita Vianna. Para Sérgio Amadeu, o problema é mais complexo. Em primeiro lugar, acredita o sociólogo, os ciberativistas têm perspectivas que superam as expectativas e horizontes da esquerda atual. Em segundo lugar, as pessoas não vivem política 24 horas por dia. “Nosso discurso não está adiantando, os blogues de esquerda não têm tanta audiência. Estamos lidando com uma ideologia que penetra e que está na cultura. Esta é a questão central. E aí estamos perdendo a batalha. Não vamos ganhar a batalha partidarizando ou politizando a cultura, mas passando por ela”, acrescenta.

Neste sentido, parece fundamental aos debatedores do simpósio, em paralelo ao ativismo digital, manter viva a disputa por ideias e valores nos meios de comunicação de massa. Num país como o Brasil, onde a televisão continua exercendo enorme papel na formação da opinião pública, este é um flanco que não pode ser abandonado. No entanto, ao contrário de países como Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador, que reformaram seus sistemas de comunicação para garantir maior diversidade e pluralidade de vozes na mídia, no Brasil o processo de democratização da comunicação continua travado.

Durante a segunda gestão Lula, o governo federal criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), res-

ponsável pela TV Brasil, primeira emissora pública nacional; adotou uma política de ampliação da distribuição de verbas de publicidade para mais veículos; e realizou, em 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação. No final do governo, o então ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, deixou pronta uma proposta de novo marco regulatório para as comunicações, para enfrentar a questão da concentração da propriedade dos meios no Brasil e também da convergência tecnológica.

“Estamos num mundo digital, mas para uma boa camada da população no Brasil e na América Latina o peso da mídia tradicional é gigantesco. Porém, o pouco que o setor tinha avançado na era Lula andou para trás no governo Dilma. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, mandou engavetar o projeto de novo marco regulatório e está clara a parceria do governo com as empresas de telecomunicações. Se já não esperávamos uma grande mudança com Lula, não podemos esperar qualquer impulso com Dilma”, avalia Rodrigo Vianna. “Mas vamos seguir tensionando o governo pela esquerda, fazendo a crítica e a disputa na sociedade, lutando por um projeto mais avançado. Vamos travando a guerra de guerrilhas e a guerra de posições, com trincheiras permanentes. O objetivo é a transformação concreta, para construir uma alternativa política mais avançada, e para que as possibilidades que temos hoje com a Internet também não se percam”.